

Planalto admite alterar emenda da Constituinte

JORNAL DO BRASIL

5 JUL 1985

Assembleia

ANC 88
Pasta Julho/85
028

Brasília — O presidente do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), o Procurador-Geral da República, Sepúlveda Pertence, e um integrante do Conselho Político do Governo reconheceram que o Executivo terá de alterar a proposta de emenda constitucional que convoca a Assembleia Constituinte, para correção das imperfeições técnicas cometidas por seu redator.

O Senador José Fragelli informou que sua assessoria entrou em contato com a assessoria da Presidência da República, chamando a atenção para a necessidade de um pedido expresso de preferência para o recebimento da mensagem presidencial. Recebeu indicações de que o Executivo mandará uma mensagem aditiva. Sem ela, a proposta só seria lida em plenário, para iniciar a tramitação, em meados de 1986, ficando na fila atrás de quase uma centena de emendas constitucionais apresentadas por parlamentares.

Dúvidas

— Há erros evidentes na proposta presidencial. E regimentalmente não tenho como passá-la na frente das demais — disse presidente do Senado.

O líder do PDT na Câmara, Deputado Nadyr Rossetti (RS), levantou suspeitas:

— Pode ser que o Presidente José Sarney não queira que a emenda seja votada agora. Para ganhar tempo, ele já mandou a mensagem ao Congresso no último dia antes do recesso, e mesmo assim pressionado pela cobrança da classe política e da opinião pública.

Não foi, certamente, por desconhecimento que o Planalto mandou a mensagem sem o pedido de preferência para recebimento. Tanto que, na primeira emenda constitucional que enviou ao Congresso — restabelecendo a eleição direta para Presidente da República —, Sarney incluiu requerimento para que fosse "atribuído caráter preferencial para recebimento da proposta". Para o Deputado João Gilberto (PMDB-RS), "deve ter sido distração".

Célio Borja, assessor especial de Sarney e redator da proposta de convocação da Constituinte, insiste, porém, em não reconhecer os erros. Ele ontem não recebeu jornalistas, mas o assessor de imprensa da Presidência, Fernando César Mesquita, informou que o Governo, "em princípio", continua na disposição de não retirar a mensagem para correção ou mesmo mandar mensagem aditiva pedindo preferência para o recebimento de sua proposta.

Quanto à data de instalação da Constituinte, prevista na proposta presidencial para 31 de janeiro de 1987 — um dia antes da posse do novo Congresso, estabelecido constitucionalmente para 1º de fevereiro — o Procurador-Geral da República admitiu que, estando os mandatos atuais ainda em vigor, os deputados e senadores da legislatura atual é que se transformarão em constituintes, embora não eleitos para isso. Sepúlveda Pertence não tem dúvidas de que a data terá de ser alterada.

Não tem tanta certeza o Senador José Fragelli. Ele também entende que "cem por cento não está", mas afirmou que, se aprovada como está, a emenda passa a ter valor constitucional, revogando automaticamente o artigo que determina a posse do Congresso a 1º de fevereiro.

Retirada

— Tanto a instalação da Constituinte como a instalação da 48ª legislatura (o novo Congresso) terão de ser a 31 de janeiro. Era mais fácil deixar tudo em 1º de fevereiro, como estava previsto na minuta da emenda que o Palácio do Planalto divulgou e depois modificou — concluiu Fragelli.

Segundo um dos componentes do Conselho Político do Governo, o erro da data foi consequência da preocupação do Executivo em não determinar a situação dos 23 senadores eleitos em 1982, que não terão poderes constituintes de acordo com a emenda.

— Para não excluir esses senadores, a proposta não explicita que os constituintes serão os parlamentares eleitos em 1986, deixando a questão para ser resolvida no Congresso — explicou o conselheiro.

Segundo o informante, provável é que o Executivo retire a mensagem e altere a data de instalação da constituinte para 2 de fevereiro.

A terceira dúvida suscitada pela proposta enviada por Sarney — entregar a direção dos trabalhos de instalação da Constituinte ao presidente do Supremo Tribunal Federal, tanto Fragelli quanto Sepúlveda Pertence acompanham a maioria e entendem que não há qualquer impedimento para isso.